

Cenários para a dívida pública⁶³

Considerações iniciais

De acordo com informações do Banco Central e do IBGE, compiladas pela IFI, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) alcançou 75,9% do PIB em abril⁶⁴, aumento de 0,7 p.p. do PIB em relação a abril de 2024 e redução de 0,6 p.p. do PIB ante dezembro. Nos quatro primeiros meses de 2025, a DBGG oscilou entre 75,7% do PIB e 76,0% do PIB em razão, principalmente, do crescimento do PIB nominal e das emissões líquidas de dívida negativas.

Em dezembro, segundo informações do Banco Central referentes aos fatores condicionantes da DBGG, o efeito do incremento do PIB sobre a dívida foi negativo em 5,0 p.p. do PIB no acumulado de 12 meses. Isso quer dizer que a evolução do PIB retirou 5,0 p.p. do PIB da razão DBGG/PIB. Em abril, o efeito passou a ser negativo em 5,5 p.p. do PIB. Ao mesmo tempo, o efeito das emissões líquidas mudou de -1,0 p.p. do PIB, em dezembro de 2024, para -2,1 p.p. do PIB em abril de 2025. O pagamento de juros nominais sobre a dívida compensou, para cima, esses movimentos. A contribuição desse item passou de 7,5 p.p. do PIB, em dezembro, para 7,9 p.p. do PIB em abril.

A maior contribuição do PIB nominal para a relação dívida/PIB deverá continuar nos próximos meses em função da expectativa de inflação mais elevada. A título de comparação, em dezembro de 2024, a IFI projetava o deflator implícito do PIB em 4,8% para 2025. Agora, essa estimativa alcançou 5,4%. De todo modo, como será melhor discutido adiante nesta análise, os prováveis déficits primários do setor público nos próximos anos e os juros reais relativamente elevados manterão o endividamento bruto, em proporção do PIB, em trajetória de crescimento.

Os cenários traçados pela IFI para a evolução da dívida bruta nos próximos anos consideram o Regime Fiscal Sustentável, disciplinado na Lei Complementar nº 200, de 2023. As simulações realizadas indicam que, mesmo com a vigência da nova regra fiscal que limita o crescimento das despesas primárias do governo central a percentuais de variação da receita líquida, a estabilização da dívida pública só seria alcançada com o aumento continuado das receitas.

O crescimento de diversas despesas primárias obrigatórias, diante da vulnerabilidade das medidas de contenção de gastos, torna o cumprimento das metas de resultado primário do governo central mais desafiador. As projeções da IFI para a dívida bruta, considerando os

⁶³ Acesse o relatório completo em: <https://www12.senado.leg.br/ifi/publicacoes-1/relatorio/2025/junho/relatorio-de-acompanhamento-fiscal-jun-2025>.

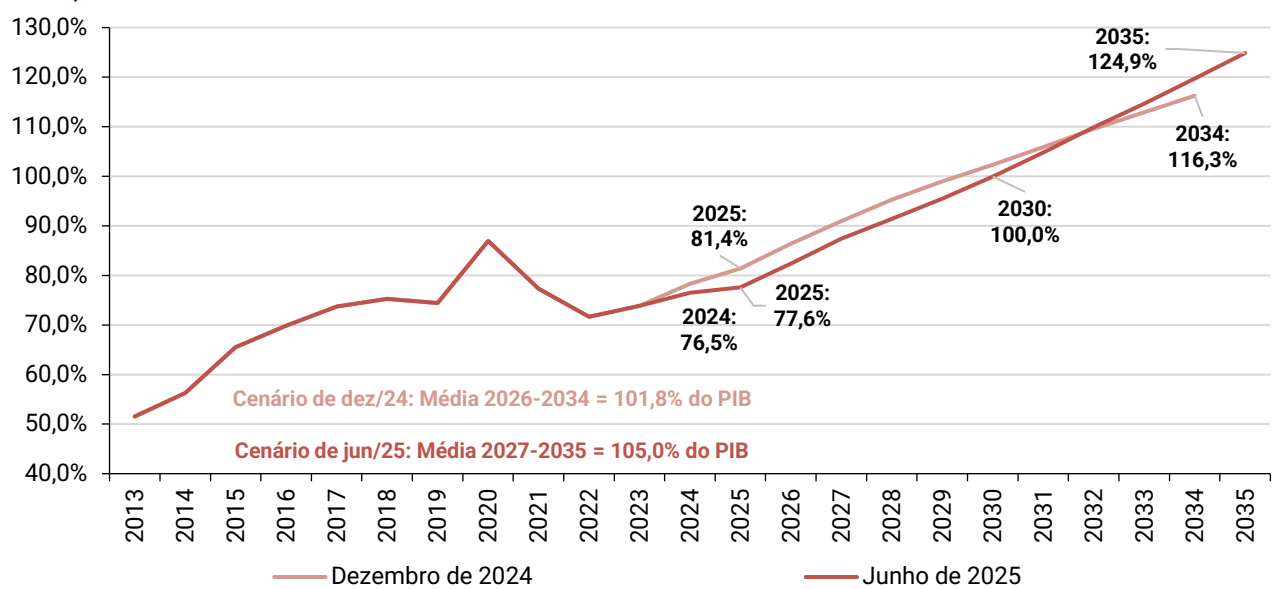
⁶⁴ Trata-se de uma estimativa feita pela IFI a partir das informações mais recentes do IBGE para as Contas Nacionais Trimestrais e do Banco Central.

cenários macroeconômico e fiscal discutidos anteriormente, indicam crescimento em todo o horizonte de projeção (2025-2035), no cenário base.

Projeções

Na revisão de cenários apresentada em dezembro de 2024, a IFI projetava a DBGG, indicador calculado pelo Banco Central, em 81,4% do PIB no fim de 2025. Na revisão de cenários de curto prazo, apresentada em abril de 2025, a projeção passou para 79,8% do PIB. Agora, incorporadas as informações das Contas Nacionais Trimestrais do primeiro trimestre de 2025, a projeção para a DBGG passou a ser de 77,6% do PIB no fim de 2025 (Gráfico 10).

GRÁFICO 10. PROJEÇÕES DA IFI PARA A DBGG EM MOMENTOS SELECIONADOS (2025-2035) -% DO PIB



Fonte: Banco Central (dados realizados). Elaboração: IFI.

Como discutido em edições passadas deste RAF, o valor da DBGG, em proporção do PIB, ficou menor no fim de 2024 em razão da venda de cerca de US\$ 30 bilhões de reservas internacionais, o que retirou 1,3 p.p. do PIB da DBGG, de acordo com cálculos da IFI. A venda de reservas internacionais diminuiu a dívida bruta em razão da redução no estoque de operações compromissadas, instrumento utilizado pelo Banco Central para regular a liquidez da economia e manter a Selic na meta definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Além da projeção para a DBGG em 2025, o Gráfico 10 apresenta a trajetória do endividamento bruto, no cenário base, até 2035, comparando com a tendência apresentada pela IFI em dezembro passado. A piora na trajetória do endividamento ocorreu, como será visto adiante, em razão da revisão das projeções para o resultado primário do setor público consolidado, que inclui o governo geral.

Considerando as estimativas de curto prazo, as projeções para o déficit primário do setor público são as mesmas comparando-se os números de dezembro de 2024 com os de agora (déficit de 0,7% do PIB em 2025, e déficit de 1,1% do PIB em 2026). A projeção para a taxa real de juros implícita da dívida bruta, em 2025, era de 7,8% a.a., em dezembro, diminuindo para 6,2% a.a. agora. Para 2026, a estimativa para esse indicador era de 7,6% a.a., em dezembro, sendo de 6,8% a.a. agora.

No médio prazo (de 2027 em diante), as projeções de resultado primário do setor público pioraram na comparação com as estimativas de dezembro de 2024. A Tabela 7 apresenta um comparativo entre as projeções médias, para algumas variáveis que afetam a dinâmica do endividamento do setor público, nas revisões de cenário apresentadas pela IFI em dezembro passado e agora (junho de 2025).

TABELA 7. PRINCIPAIS PREMISSAS MACROECONÔMICAS E FISCAIS PARA OS CENÁRIOS DE DÍVIDA NO MÉDIO PRAZO - REVISÕES APRESENTADAS EM DEZ/24 (MÉDIA DE 2026 A 2034) E JUN/25 (MÉDIA DE 2027 A 2035), NO CENÁRIO BASE

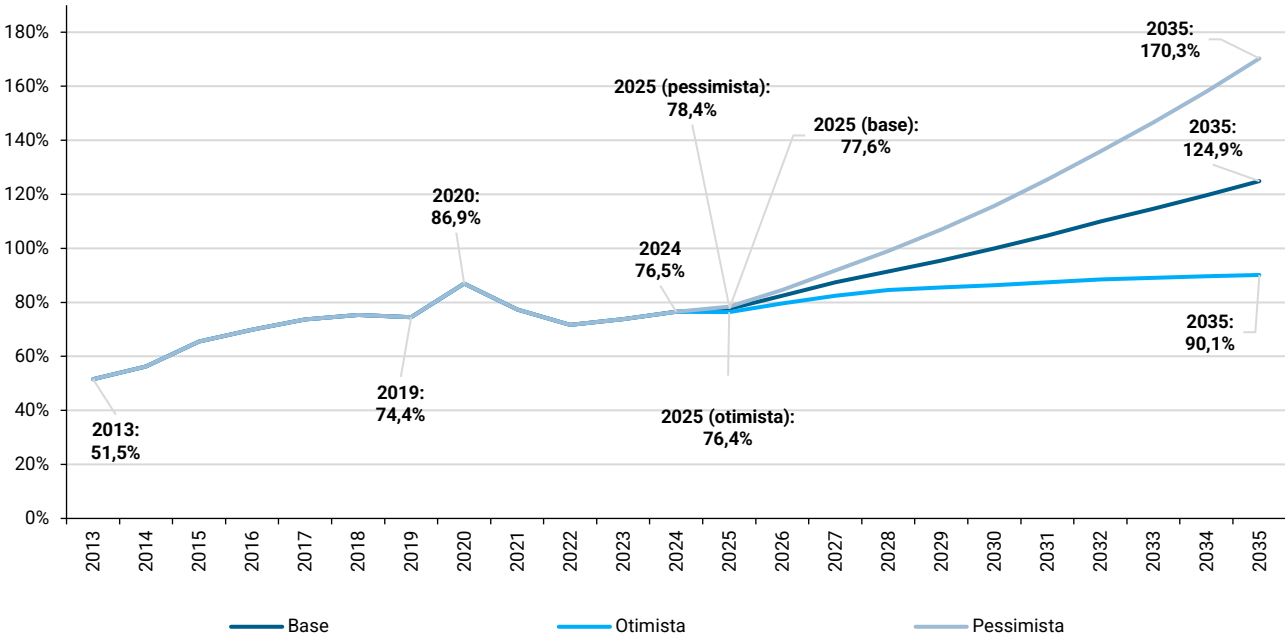
Cenário base		
	dez/24	jun/25
Resultado primário (R\$ bilhões)	-226,6	-458,8
Resultado primário (% do PIB)	-1,3%	-2,5%
PIB nominal (R\$ bilhões)	17.084	18.295
Crescimento real do PIB (%)	2,2%	2,2%
Taxa implícita real da dívida (% a.a.)	5,6%	5,1%
Dívida bruta (% do PIB)	101,8%	105,0%

Fonte: IFI.

Conforme a Tabela 7, a média anual do déficit primário do setor público projetado pela IFI, em dezembro, era de 1,3% do PIB, projeção elevada para 2,5% do PIB agora. Os juros reais implícitos da dívida caíram, de 5,6% a.a., em dezembro de 2024, para 5,1% a.a. agora. A menor taxa real de juros média estimada pela IFI atenua, em parte, os efeitos da deterioração do resultado primário sobre a trajetória do endividamento no médio prazo.

O crescimento esperado para a dívida bruta nos próximos anos expõe os desafios para o cumprimento das metas de resultado primário do governo central ora estipuladas. As metas se apoiam, fundamentalmente, na elevação das receitas primárias recorrentes, além do controle da despesa primária. Importante destacar os riscos ao crescimento projetado para a economia e as eventuais frustrações das medidas pretendidas pelo Executivo para aumentar a arrecadação nos próximos anos. A concretização de tais riscos pode afetar a confiança na sustentabilidade das contas públicas no médio e no longo prazo.O Gráfico 11 consolida as trajetórias esperadas nos três cenários da IFI.

GRÁFICO 11. PROJEÇÕES DA IFI PARA A DBGG NOS DIFERENTES CENÁRIOS - % DO PIB



Fonte: Banco Central (dados realizados). Elaboração: IFI.

A Tabela 8, por sua vez, traz as projeções para a DBGG em percentual do PIB nos três cenários de médio prazo da IFI.

TABELA 8. PROJEÇÕES PARA A DBGG EM % DO PIB ATÉ 2035 – RAF DE DEZ/24 E ATUAL

Ano	Base		Otimista		Pessimista	
	dez/24	jun/25	dez/24	jun/25	dez/24	jun/25
2017	73,7%	73,7%	73,7%	73,7%	73,7%	73,7%
2018	75,3%	75,3%	75,3%	75,3%	75,3%	75,3%
2019	74,4%	74,4%	74,4%	74,4%	74,4%	74,4%
2020	86,9%	86,9%	86,9%	86,9%	86,9%	86,9%
2021	77,3%	77,3%	77,3%	77,3%	77,3%	77,3%
2022	71,7%	71,7%	71,7%	71,7%	71,7%	71,7%
2023	73,8%	73,8%	73,8%	73,8%	73,8%	73,8%
2024	78,3%	76,5%	78,3%	76,5%	78,7%	76,5%
2025	81,4%	77,6%	80,0%	76,4%	85,8%	78,4%
2026	86,3%	82,4%	82,8%	79,6%	93,4%	84,6%
2027	91,0%	87,4%	84,4%	82,5%	101,3%	91,8%
2028	95,3%	91,4%	85,2%	84,6%	109,5%	99,0%
2029	99,0%	95,5%	85,0%	85,5%	118,1%	106,9%
2030	102,3%	100,0%	84,6%	86,4%	127,0%	115,7%
2031	105,9%	104,8%	84,2%	87,4%	136,7%	125,4%
2032	109,6%	109,9%	83,8%	88,5%	147,0%	135,9%
2033	112,9%	114,7%	82,7%	89,1%	157,4%	146,6%
2034	116,3%	119,7%	81,4%	89,6%	168,3%	158,1%
2035		124,9%		90,1%		170,3%

Fonte: Banco Central (dados realizados). Elaboração: IFI.

A Tabela 9 atualiza o exercício, sempre apresentado pela IFI, que ilustra o resultado primário anual requerido para estabilizar a DBGG como proporção do PIB. No caso, estabilizar a dívida no nível de 76,5% do PIB, nível do indicador no fim de 2024.

TABELA 9. RESULTADO PRIMÁRIO ANUAL REQUERIDO PARA ESTABILIZAR A DÍVIDA BRUTA EM 76,5% DO PIB (NÍVEL DE 2024)

DBGG em t		Juros reais implícitos da DBGG						
76,5%		0,5%	1,0%	2,0%	3,5%	4,0%	4,5%	5,1%
PIB real (% a.a.)	0,5%	0,0%	0,4%	1,1%	2,3%	2,7%	3,0%	3,5%
	1,0%	-0,4%	0,0%	0,8%	1,9%	2,3%	2,7%	3,1%
	1,5%	-0,8%	-0,4%	0,4%	1,5%	1,9%	2,3%	2,7%
	2,2%	-1,3%	-0,9%	-0,2%	0,9%	1,3%	1,7%	2,1%
	2,5%	-1,5%	-1,1%	-0,4%	0,7%	1,1%	1,5%	1,9%
	3,0%	-1,9%	-1,5%	-0,7%	0,4%	0,7%	1,1%	1,5%
	3,5%	-2,2%	-1,8%	-1,1%	0,0%	0,4%	0,7%	1,2%

Fonte: Elaboração: IFI.

A Tabela 9 evidencia o esforço necessário para estabilizar a dívida pública a partir das novas projeções macroeconômicas e fiscais da IFI. Considerando o nível de endividamento bruto do fim de 2024, 76,5% do PIB, seria necessário um superávit primário do setor público consolidado de 2,1% do PIB, por ano, para estabilizar a dívida (com crescimento real médio da economia de 2,2% e juros reais implícitos de 5,1% a.a.). Em dezembro passado, o primário requerido, calculado pela IFI, para estabilizar a dívida era de 2,4% do PIB. Ou seja, os juros reais implícitos ligeiramente menores reduzem o esforço necessário para estabilizar a dívida bruta em proporção do PIB.

O exercício reproduzido na Tabela 9 indica o resultado primário requerido para estabilizar a dívida para diferentes níveis de crescimento econômico e de taxa de juros. Por exemplo, maior crescimento econômico diminui os valores do resultado primário necessários para a estabilização. Na hipótese de juros reais em 2,0% a.a. e de crescimento do PIB de 3,5% a.a., até mesmo um déficit primário de 1,1% do PIB estabilizaria a dívida bruta no nível de dezembro de 2024 (76,5% do PIB).

Por fim, a Tabela 10 apresenta as projeções para os resultados primário e nominal, além da despesa de juros, nos três cenários de referência. As projeções indicam a persistência de déficits nominais expressivos, em razão da despesa de juros relativamente elevada. Mesmo no cenário otimista, o setor público registra déficits primários (e nominais) em todo o horizonte de projeção.

TABELA 10. RESULTADO NOMINAL, PRIMÁRIO E DESPESA DE JUROS DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO (% DO PIB)

Ano	Base			Otimista			Pessimista		
	Resultado nominal	Resultado primário	Juros	Resultado nominal	Resultado primário	Juros	Resultado nominal	Resultado primário	Juros
2018	-7,0%	-1,5%	5,4%	-7,0%	-1,5%	5,4%	-7,0%	-1,5%	5,4%
2019	-5,8%	-0,8%	5,0%	-5,8%	-0,8%	5,0%	-5,8%	-0,8%	5,0%
2020	-13,3%	-9,2%	4,1%	-13,3%	-9,2%	4,1%	-13,3%	-9,2%	4,1%
2021	-4,3%	0,7%	5,0%	-4,3%	0,7%	5,0%	-4,3%	0,7%	5,0%
2022	-4,6%	1,2%	5,8%	-4,6%	1,2%	5,8%	-4,6%	1,2%	5,8%
2023	-8,8%	-2,3%	6,6%	-8,8%	-2,3%	6,6%	-8,8%	-2,3%	6,6%
2024	-8,5%	-0,4%	8,1%	-8,5%	-0,4%	8,1%	-8,5%	-0,4%	8,1%
2025	-9,1%	-0,7%	8,4%	-8,2%	-0,2%	8,0%	-10,0%	-1,2%	8,8%
2026	-9,5%	-1,1%	8,3%	-8,0%	-0,6%	7,4%	-11,1%	-1,9%	9,2%
2027	-10,1%	-1,9%	8,2%	-7,8%	-1,0%	6,8%	-12,4%	-2,9%	9,5%
2028	-9,8%	-1,9%	7,9%	-7,9%	-0,8%	7,0%	-13,5%	-3,0%	10,5%
2029	-10,0%	-2,3%	7,7%	-7,2%	-0,9%	6,3%	-14,7%	-3,5%	11,2%
2030	-10,1%	-2,5%	7,5%	-6,8%	-0,9%	5,8%	-15,5%	-4,0%	11,5%
2031	-10,2%	-2,8%	7,4%	-6,5%	-1,0%	5,5%	-16,5%	-4,5%	12,0%
2032	-10,3%	-3,0%	7,3%	-6,1%	-1,1%	5,1%	-17,4%	-4,9%	12,5%
2033	-9,7%	-2,6%	7,1%	-5,2%	-0,6%	4,6%	-17,7%	-4,7%	13,1%
2034	-9,6%	-2,7%	7,0%	-4,7%	-0,6%	4,2%	-18,6%	-4,9%	13,7%
2035	-9,7%	-2,7%	7,0%	-4,4%	-0,5%	4,0%	-19,7%	-5,1%	14,6%

Fonte: IFI.

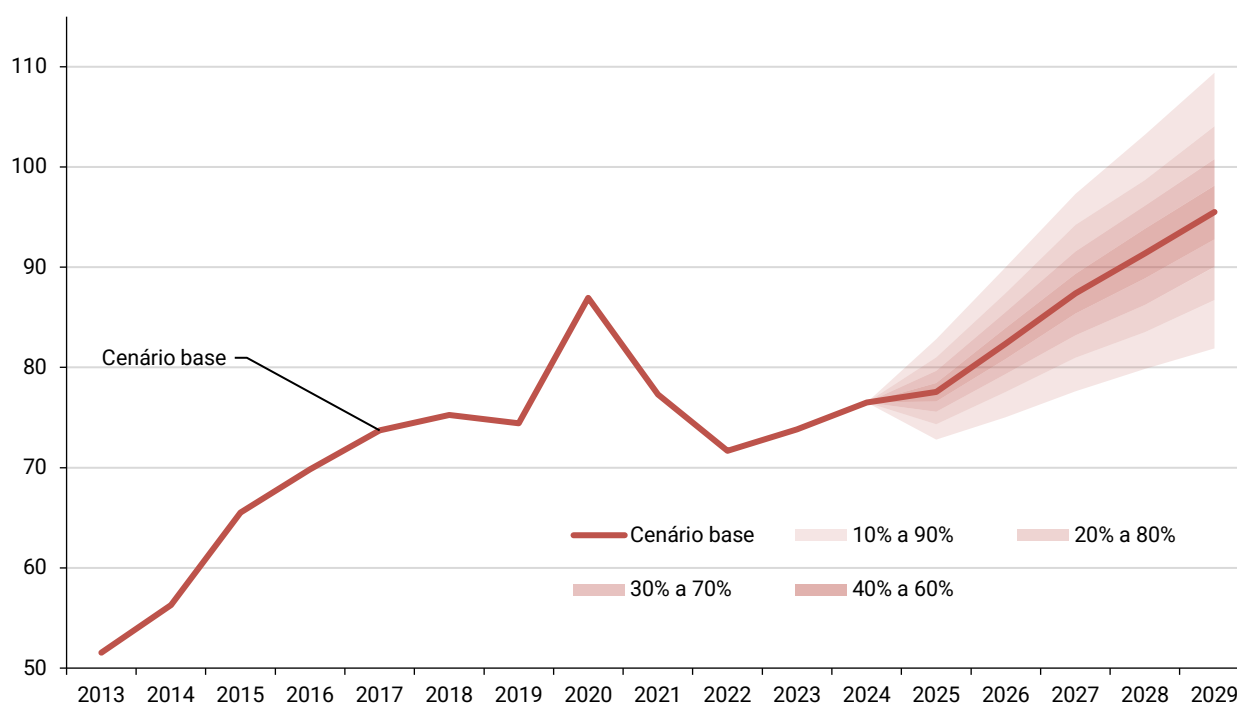
Cenários estocásticos para a dívida

As análises acima podem ser complementadas com a simulação de 1.500 cenários alternativos (estocásticos) ao redor do cenário base. O exercício a seguir permite medir o risco de que certas trajetórias de dívida, diferentes do cenário base, se concretizem. O Gráfico 12 apresenta essas trajetórias em forma de faixas de probabilidade⁶⁵. A Tabela 11 mostra algumas estimativas de interesse.

⁶⁵ Para explicações sobre a metodologia, confira o Estudo Especial nº 18 e a Nota Técnica nº 54, publicados pela IFI, disponíveis em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/645203/EE18.pdf> e https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/651183/NT54_Sensibilidade_cenarios_estocasticos_divida.pdf.

A probabilidade de a DBGG cruzar o limiar de 90% do PIB, em algum ano entre 2025 e 2029, foi estimada em 72,7% (grupo “Geral” na tabela). Em comparação com o RAF de dezembro de 2024, quando houve a última publicação dessas probabilidades pela IFI, ocorreu queda de 10 p.p. na probabilidade, que era de 82,9%. Essa redução é consequência da mudança no cenário base determinístico, que foi ambígua: menores valores para a razão dívida/PIB entre 2024 e 2032; valores maiores de 2033 em diante. Como toda a análise de probabilidades no Gráfico 12 e na Tabela 11 é feita apenas até 2029⁶⁶, todo o *fan chart* foi deslocado para baixo em comparação com o RAF de dezembro. Essa é a explicação para a queda da probabilidade geral estimada.

GRÁFICO 12. CENÁRIO BASE E CENÁRIOS ESTOCÁSTICOS (FAN CHART) PARA A DBGG (% PIB)



Fonte: IFI. Nota explicativa: os valores no eixo esquerdo indicam o percentual que a DBGG representa do PIB. Os percentuais indicados na legenda, na parte inferior do gráfico, indicam faixas de probabilidade que se sobrepõem visualmente, de fora para dentro. Por exemplo, 20% dos valores simulados situam-se na faixa central, com rótulo “40% a 60%” (pois $60 - 40 = 20$). Ou ainda, 80% dos valores situam-se na faixa mais externa, com rótulo “10% a 90%” (pois $90 - 10 = 80$).

Passando-se para as probabilidades anuais, a tabela mostra que o risco de a DBGG estar acima dos 90% cresce com o passar dos anos, como esperado. No entanto, houve queda acentuada da probabilidade em cada ano, pela mesma razão exposta acima, entre o referenciado RAF nº 94, de dezembro de 2024, e o atual. No RAF de dezembro, a probabilidade de 50% era atingida em 2027. Agora, é atingida em 2028.

⁶⁶ As probabilidades não são calculadas para além de cinco anos à frente, conforme explicado no EE 18, pg. 45: “A explicação para se restringir a simulação a um horizonte mais curto é que os cenários estocásticos deixam de ser realistas em horizontes longos. Em outras palavras, a largura do *fan chart* se torna grande a ponto de perder utilidade analítica.”

TABELA 11. ESTIMATIVAS DE PROBABILIDADE

Probabilidade		Estimativa				
Geral						
Probabilidade de que a DBGG cruzará o limiar dos 90% do PIB em algum ano entre 2025 e 2029						
RAF jun/24		49,6%				
RAF dez/24		82,9%				
Este RAF (jun/25)		72,7%				
Anual						
		2025	2026	2027	2028	2029
Probabilidade de que a DBGG estará acima de 90% do PIB, em cada ano						
RAF dez/24		2,6%	28,4%	55,3%	70,4%	79,3%
Este RAF (jun/25)		0,1%	10%	37,2%	55,9%	70,3%
Largura do <i>fan chart</i> (<i>diferença entre percentis 10% e 90%</i>)						
RAF jun/24		26,3 p.p. do PIB (em 2028, último ano do horizonte naquele RAF)				
RAF dez/24		28,8 p.p. do PIB (em 2029)				
Este RAF (jun/25)		27,5 p.p. do PIB (em 2029)				

Elaboração: IFI.

- Nota de interpretação: tanto no caso “geral” quanto no “anual”, as probabilidades incluem situações em que a DBGG está acima dos 90% em um ano (por exemplo, 2028), sendo que cruzou os 90% em algum ano anterior (por exemplo, 2026). Também inclui situações em que a DBGG cai abaixo dos 90%, mesmo após ter ficado acima desse limiar em anos anteriores.

- Nota matemática: sendo D_t a razão dívida/PIB em t , a probabilidade “geral” é dada por $1 - P(D_{2025} \leq 0,9, D_{2026} \leq 0,9, D_{2027} \leq 0,9, D_{2028} \leq 0,9, D_{2029} \leq 0,9)$.

As probabilidades “anuais” são dadas por $P(D_{2025} > 0,9)$, $P(D_{2026} > 0,9)$, $P(D_{2027} > 0,9)$, $P(D_{2028} > 0,9)$ e $P(D_{2029} > 0,9)$.

Ou seja, a probabilidade “geral” é calculada a partir da distribuição **conjunta**, ao passo que as “anuais” são calculadas a partir das distribuições **marginais**.

A largura do fan chart serve como medida de incerteza em relação às trajetórias estocásticas. Essa largura se alterou pouco em relação ao RAF nº 94, pois passou de 28,8 p.p. do PIB para 27,5 p.p. do PIB. Um dos motivos para a alteração é que o valor realizado de 2024, que compõe a amostra da qual os choques futuros são sorteados, foi modificado entre as duas edições do RAF. Em dezembro, utilizou-se a projeção da IFI para a DBGG como valor realizado, dada a proximidade do fechamento do ano. Neste RAF, utilizou-se o valor realizado oficial, reportado pelo BC. A diferença entre os números se mostrou pequena para fins de simulação, não causando alteração significativa na largura do fan chart.

A largura do fan chart também permite realizar um teste de plausibilidade para os cenários otimista e pessimista determinísticos, apresentados anteriormente neste relatório. Se tais cenários se situarem próximos das bordas inferior e superior do fan chart em 2029 (percentis 10% e 90% da distribuição, não do PIB), respectivamente, entende-se que os cenários são plausíveis.

Em 2029, a DBGG, no cenário determinístico otimista (85,5% do PIB), está muito próxima do menor percentil do *fan chart* no mesmo ano (81,9% do PIB). Constata-se o mesmo para o cenário pessimista. Naquele ano, a DBGG alcançaria 106,9% do PIB nesse cenário, valor próximo do maior percentil do *fan chart*, que é de 109,4% do PIB. Portanto, os cenários determinísticos são plausíveis, isto é, compatíveis com a volatilidade histórica recente das variáveis macrofiscais brasileiras, representada no gráfico.

TABELA 12. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO BASE (% DO PIB)

Discriminação	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Receita Bruta	22,8	22,8	22,8	22,7	22,7	22,5	22,5	22,4	22,4	22,3	22,3	22,2
Transferências por repartição de receita a E&M	4,4	4,5	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6
Receita Líquida	18,4	18,3	18,2	18,1	18,1	18,0	17,9	17,8	17,8	17,8	17,7	17,7
Despesa Primária	18,8	18,9	19,2	19,9	19,9	20,2	20,4	20,6	20,7	20,3	20,4	20,4
Obrigatória	17,2	17,4	17,8	18,5	18,5	18,8	19,0	19,2	19,4	19,0	19,1	19,1
Benefícios previdenciários	8,0	8,2	8,5	9,0	9,1	9,2	9,3	9,4	9,5	9,5	9,6	9,7
Pessoal e encargos sociais	3,1	3,1	3,1	3,0	3,0	2,9	2,9	2,8	2,8	2,7	2,7	2,6
Benefícios de prestação continuada	0,9	1,0	1,0	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,5	1,5
Abono salarial e seguro desemprego	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Complementação da União ao Fundeb	0,4	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Fundo Constitucional do DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lei Kandir	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Apoio financeiro aos subnacionais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,4	0,5	0,7	0,3	0,3	0,3
Subsídios, subvenções e proagro	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças e precatórios (custeio e capital)	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5
Benefícios a servidores	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Saúde (obrigatória)	1,3	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
Educação (obrigatória)	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Outros poderes (custeio e capital)	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1
Crédito extraordinário	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa Bolsa Família	1,4	1,3	1,3	1,3	1,2	1,2	1,2	1,2	1,1	1,1	1,1	1,0
Outras despesas obrigatórias	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Despesas discricionárias	1,6	1,5	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
Resultado primário	-0,4	-0,6	-1,0	-1,8	-1,8	-2,2	-2,5	-2,7	-2,9	-2,6	-2,6	-2,7

Memo:

PIB nominal (R\$ bilhões)	11.744,7	12.671,5	13.478,7	14.364,7	15.277,4	16.164,8	17.108,7	18.106,1	19.162,3	20.286,0	21.469,5	22.715,7
---------------------------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------

TABELA 13. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO OTIMISTA (% DO PIB)

Discriminação	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Receita Bruta	22,8	23,0	23,2	23,3	23,4	23,4	23,3	23,3	23,2	23,2	23,1	23,1
Transferências por repartição de receita a E&M	4,4	4,6	4,7	4,7	4,7	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8
Receita Líquida	18,4	18,4	18,5	18,6	18,6	18,6	18,5	18,5	18,4	18,4	18,3	18,3
Despesa Primária	18,8	18,8	19,2	19,7	19,5	19,6	19,5	19,6	19,6	19,1	19,0	18,9
Obrigatória	17,2	17,3	17,7	18,3	18,1	18,2	18,2	18,2	18,3	17,8	17,7	17,6
Benefícios previdenciários	8,0	8,1	8,4	8,9	8,9	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8
Pessoal e encargos sociais	3,1	3,1	3,0	2,9	2,8	2,7	2,7	2,6	2,5	2,4	2,3	2,2
Benefícios de prestação continuada	0,9	1,0	1,1	1,2	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,4	1,5	1,5
Abono salarial e seguro desemprego	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Complementação da União ao Fundeb	0,4	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Fundo Constitucional do DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lei Kandir	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Apoio financeiro aos subnacionais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,5	0,6	0,3	0,3	0,3
Subsídios, subvenções e proagro	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças e precatórios (custeio e capital)	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Benefícios a servidores	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Saúde (obrigatória)	1,3	1,3	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4
Educação (obrigatória)	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Outros poderes (custeio e capital)	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Crédito extraordinário	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa Bolsa Família	1,4	1,3	1,3	1,2	1,2	1,1	1,1	1,1	1,0	1,0	0,9	0,9
Outras despesas obrigatórias	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Despesas discricionárias	1,6	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3	1,2	1,2
Resultado primário	-0,4	-0,4	-0,7	-1,1	-0,9	-0,9	-1,0	-1,1	-1,2	-0,7	-0,6	-0,6
Memo:												

PIB nominal (R\$ bilhões)	11.744,7	12.739,0	13.582,7	14.501,6	15.492,8	16.563,0	17.719,6	18.957,2	20.284,0	21.711,7	23.235,3	24.860,8
---------------------------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------

TABELA 14. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO PESSIMISTA (% DO PIB)

Discriminação	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Receita Bruta	22,8	22,5	22,5	22,5	22,4	22,2	22,1	22,0	21,9	21,8	21,7	21,5
Transferências por repartição de receita a E&M	4,4	4,5	4,6	4,6	4,5	4,5	4,5	4,4	4,4	4,4	4,3	4,3
Receita Líquida	18,4	18,0	17,9	17,9	17,9	17,7	17,6	17,5	17,5	17,4	17,3	17,3
Despesa Primária	18,8	18,9	19,4	20,4	20,6	21,0	21,4	21,8	22,1	21,8	22,0	22,2
Obrigatória	17,2	17,4	18,0	19,0	19,2	19,6	20,0	20,4	20,8	20,5	20,7	20,9
Benefícios previdenciários	8,0	8,2	8,5	9,2	9,4	9,6	9,8	10,0	10,2	10,3	10,4	10,6
Pessoal e encargos sociais	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,0
Benefícios de prestação continuada	0,9	1,0	1,1	1,3	1,3	1,4	1,4	1,5	1,6	1,6	1,7	1,7
Abono salarial e seguro desemprego	0,7	0,7	0,8	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
Complementação da União ao Fundeb	0,4	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5
Fundo Constitucional do DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lei Kandir	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Apoio financeiro aos subnacionais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,4	0,5	0,7	0,3	0,3	0,3
Subsídios, subvenções e proagro	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças e precatórios (custeio e capital)	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Benefícios a servidores	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Saúde (obrigatória)	1,3	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
Educação (obrigatória)	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Outros poderes (custeio e capital)	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1
Crédito extraordinário	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Programa Bolsa Família	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2
Outras despesas obrigatórias	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Despesas discricionárias	1,6	1,5	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3
Resultado primário	-0,4	-0,9	-1,5	-2,5	-2,7	-3,3	-3,8	-4,2	-4,6	-4,4	-4,7	-4,9

Memo:

PIB nominal (R\$ bilhões)	11.744,7	12.681,4	13.512,4	14.400,1	15.345,0	16.301,1	17.315,4	18.393,0	19.540,4	20.767,2	22.066,5	23.442,3
---------------------------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------

PROJEÇÕES DA IFI

CURTO PRAZO

Projeções da IFI	2025			2026		
	mai/25	jun/25	Comparação	mai/25	jun/25	Comparação
PIB – crescimento real (% a.a.)	2,0	2,4	▲	1,6	1,7	▲
PIB – nominal (R\$ bilhões)	12.607,0	12.671,5	▲	13.432,2	13.478,7	▲
IPCA – acum. (% no ano)	5,5	5,3	▼	4,4	4,3	▼
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	5,8	5,8	▼	6,0	5,9	▼
Ocupação - crescimento (%)	1,1	1,1	▲	0,9	0,9	▼
Massa salarial - crescimento (%)	3,6	3,4	▼	3,5	2,6	▼
Selic – fim de período (% a.a.)	15,3	14,8	▼	12,5	12,5	=
Juros reais ex-ante (% a.a.)	7,7	8,1	▲	6,2	7,1	▲
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	-0,6	-0,7	▼	-1,0	-1,2	▼
dos quais governo central	-0,5	-0,6	▼	-1,0	-1,0	▼
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	8,1	8,4	▲	8,2	8,3	▲
Resultado Nominal (% do PIB)	-8,7	-9,1	▼	-9,2	-9,5	▼
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	79,8	77,6	▼	84,0	82,4	▼

MÉDIO PRAZO

	Projeções											
	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
PIB – crescimento real (% a.a.)	3,40	2,37	1,70	2,03	2,21	2,23	2,26	2,25	2,25	2,28	2,26	2,23
PIB – nominal (R\$ bilhões)	11.745	12.672	13.479	14.365	15.277	16.165	17.109	18.106	19.162	20.286	21.470	22.716
IPCA – acum. (% no ano)	4,83	5,28	4,31	4,11	3,56	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	6,19	5,78	5,91	6,04	6,14	6,20	6,26	6,32	6,39	6,45	6,51	6,58
Ocupação - crescimento (%)	2,85	1,10	0,85	1,08	1,17	1,18	1,20	1,19	1,19	1,21	1,20	1,18
Massa salarial - crescimento (%)	7,60	3,43	2,56	2,03	2,21	2,23	2,26	2,25	2,25	2,28	2,26	2,23
Selic – fim de período (% a.a.)	12,25	14,75	12,50	11,00	9,50	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00
Juros reais ex-ante (% a.a.)	9,95	8,08	7,05	5,90	5,45	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	-0,40	-0,69	-1,15	-1,86	-1,87	-2,27	-2,52	-2,75	-2,96	-2,60	-2,65	-2,71
dos quais Governo Central	-0,39	-0,62	-1,03	-1,77	-1,84	-2,23	-2,49	-2,72	-2,93	-2,57	-2,62	-2,67
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	8,09	8,41	8,32	8,21	7,92	7,74	7,55	7,44	7,30	7,12	6,95	7,04
Resultado Nominal (% do PIB)	-8,50	-9,10	-9,47	-10,07	-9,79	-10,00	-10,07	-10,19	-10,26	-9,72	-9,61	-9,74
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	76,5	77,6	82,4	87,4	91,4	95,5	100,0	104,8	109,9	114,7	119,7	124,9

